



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental**

**MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DA  
CONVENÇÃO DE MINAMATA DA COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA  
QUÍMICA - CONASQ**

**Data: 10 de fevereiro 2025.**

**Local:** Plataforma Teams (reunião online)

**Coordenação da Reunião:** Thaianne Resende e Camila Boechat (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)

**Objetivo:** O objetivo da reunião foi discutir e avaliar as ações necessárias para cumprir os prazos e regulamentos da Convenção de Minamata, focando na eliminação gradual de produtos contendo mercúrio, controle do comércio de mercúrio, armazenamento seguro de equipamentos, descontaminação de áreas afetadas e uso de isótopos de mercúrio para rastrear fontes de contaminação. Além de trazer atualizações sobre os projetos em andamento

### **1. Abertura**

A diretora Thaianne Resende iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os participantes e iniciou uma roda de apresentações para que os novos integrantes pudessem se apresentar. Ela destacou que a reunião seria dinâmica, com o objetivo de discutir e atualizar todos sobre os assuntos relativos ao Mercúrio. Thaianne enfatizou a importância de ter um ponto de controle em relação à temática e mencionou a implementação da Convenção de Minamata no Brasil. Como pontos focais técnicos, os participantes têm a responsabilidade de auxiliar na implementação dessa convenção.

### **2. Aprovação da Pauta**

A diretora Thaianne Resende apresentou a pauta da 5ª reunião do GT permanente da Convenção de Minamata mencionando a necessidade de aprovar a ata da quarta reunião e atualizar os participantes sobre diversos projetos. Entre os tópicos abordados estavam o projeto *Medium-Sized Project* (MSP), o projeto *Special International Programme* (SIP) relacionado à Convenção de Minamata, e atualizações sobre os projetos *Global Environment Facility* (GEF) de cloro-álcalis e cimenteiras. Thaianne também mencionou a apresentação da nova instrução normativa do Ibama relativa ao Mercúrio (RDC 879/2024) e o inventário de emissões de Mercúrio. Ela destacou que este seria um momento para trocar ideias e verificar os projetos em andamento. Após abrir para considerações e não havendo manifestações, a pauta foi aprovada.

### **3. Aprovação da Ata da 4ª reunião**

A diretora Thaianne Resende informou que todos os participantes haviam recebido a ata da quarta reunião. Ela mencionou que não foram recebidas contribuições e, portanto, colocou a ata para aprovação. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi considerada aprovada.

### **4. GEF MSP**

Fernanda Romero, da ONU Meio Ambiente (PNUMA), apresentou um descritivo do projeto GEF MSP para aqueles que não acompanharam a atualização anterior. Ela explicou que o projeto, de tamanho médio, visa a gestão ambientalmente correta do Mercúrio apreendido no Brasil, estabelecendo um sistema para isso e priorizando o gerenciamento das apreensões em operações de mineração artesanal e de pequena escala, além de abordar resíduos de Mercúrio do setor de saúde. O projeto está dividido em cinco componentes: aprimoramento da capacidade nacional para gerenciamento, transporte, armazenamento e disposição final do Mercúrio; estrutura legal, logística e operacional para gestão; alternativas técnicas para disposição final do Mercúrio; gestão de conhecimento, fortalecimento de capacidades e comunicação; e monitoramento e avaliação. Fernanda destacou que o projeto, com um orçamento de 5 milhões de dólares, já tem definida a agência executora, o Instituto Ekos. Atualmente, estão na fase final de reunião das cartas de cofinanciamento e ajustes para submissão ao conselho do GEF. A expectativa é iniciar as contratações e desenvolvimento dos estudos no primeiro quadrimestre de 2025. Fernanda se colocou à disposição para esclarecer dúvidas.

Thaianne agradeceu a Fernanda e informou que, com as cartas de financiamento recebidas, o projeto pode avançar. Ela explicou o fluxo interno, mencionando o departamento de fundos e recursos externos na Secretaria Executiva, que já preparou a nota técnica e está aguardando o documento final. Thaianne agradeceu à equipe de coordenação pela rápida avaliação e informou que o documento está no gabinete para ser enviado ao secretário executivo, João Paulo Capobianco, que solicitará a carta de endosso ao Ministério da Fazenda. Ela expressou otimismo de que tudo estará pronto ainda este mês, permitindo o encaminhamento ao GEF. Thaianne destacou a satisfação com o progresso do projeto, que está em desenvolvimento há cerca de dois anos, e acredita que a equipe está fazendo um excelente trabalho.

## **5. Atualização do Projeto Cloro-álcalis**

Fernanda Romero, da ONU Meio Ambiente (PNUMA), apresentou o projeto GEF Cloro-Álcali, destacando seu objetivo de eliminar o uso de Mercúrio em células eletrolíticas nas indústrias de cloro-álcali do Brasil e garantir o gerenciamento seguro dos resíduos. Ela explicou que o projeto, com um orçamento de 13 milhões de dólares, está conectado ao projeto anterior, que trata das alternativas de destinação final do Mercúrio. O projeto GEF Cloro-Álcali possui duas componentes principais: suporte técnico global para alinhar os procedimentos aos padrões globais de melhores práticas e capacitação nacional para o gerenciamento e monitoramento do processo. Fernanda mencionou que, por ser um projeto de maior porte, há uma etapa de preparação que dura um ano, durante a qual são desenvolvidos estudos preliminares. Após essa fase, o projeto será submetido novamente para aprovação final e implementação em 2026. A agência executora já foi escolhida e estão na fase de assinatura de termos de cooperação. Fernanda destacou a importância dessa etapa preparatória para a implementação bem-sucedida do projeto e convidou os colegas da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (Abiclor) a complementarem com mais informações, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Nelson Felipe Junior, da Abiclor, complementou a apresentação de Fernanda Romero, explicando que a Abiclor será o órgão executor do projeto GEF Cloro-Álcali. Ele mencionou que, junto com Airton Andrade, prepararam um cronograma executivo e destacaram o plano de descomissionamento da Unipar, que já foi entregue ao órgão ambiental. Nelson informou que estão realizando reuniões semanais desde janeiro para avaliar a melhor tecnologia para o tratamento do Mercúrio e que já conversaram com Thaiane, Camila e Renato sobre a escolha da empresa responsável. Airton Andrade acrescentou que o período de um ano para planejamento é adequado, pois as plantas estarão em operação até o final do ano, e destacou a importância das reuniões envolvendo todos os entes para entender claramente o funcionamento do projeto. Ele mencionou que estão avaliando tecnicamente as possíveis tecnologias para estabilização do Mercúrio e que a palavra final será da fundação executora. Nelson reforçou a necessidade de uma

reunião entre os entes o mais breve possível para alinhar os papéis de cada um. Thaianne agradeceu a Nelson e informou que o pedido ainda não chegou, mas destacou que dará prioridade máxima ao projeto.

A diretora Thaianne Resende passou a palavra para o Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf que esclareceu dúvidas sobre a inclusão da sociedade civil nos programas citados. O Secretário destacou a importância da participação da sociedade civil nos programas, enfatizando que o sucesso desses programas depende da existência de espaços de diálogo. Ele mencionou que muitos projetos aprovados recentemente, como o novo projeto do GEF para Mercúrio nas cimenteiras, ainda estão na fase de ouvir todos os atores envolvidos. Adalberto explicou que o objetivo é apresentar as ideias, receber contribuições, aperfeiçoar os projetos e garantir uma estrutura de governança que incorpore sugestões para melhorias. Ele assegurou que haverá oportunidades para todos serem ouvidos e proporem melhorias, inclusive para os formuladores dos programas. Adalberto também mencionou a necessidade de ouvir todos os setores e dialogar nos próximos meses para garantir a execução eficaz dos projetos. Ele ressaltou que, dentro do plano de avaliação da participação do Brasil no cumprimento dos acordos da Convenção de Minamata, o objetivo é resolver as questões de consumo e emissões de Mercúrio em todos os grandes setores, incluindo cimenteiras, mineração artesanal, cloro-álcali e outros. Adalberto enfatizou que esses programas só serão bem-sucedidos se houver um diálogo contínuo e inclusivo, permitindo que todas as partes interessadas contribuam para o desenvolvimento e implementação das iniciativas. Ele destacou que, ao longo dos próximos meses, haverá várias oportunidades para ouvir os setores e garantir que as ações estejam alinhadas com as melhores práticas e necessidades específicas de cada área. Além disso, Adalberto mencionou que o Ministério da Saúde e outros atores também serão envolvidos para abordar questões relacionadas ao uso de Mercúrio em amálgamas dentárias e outras áreas específicas. Ele concluiu afirmando que, com um esforço conjunto e colaborativo, será possível avançar significativamente na gestão ambientalmente correta do Mercúrio no Brasil.

## **6. Área focal do GEF: Produtos químicos e resíduos**

Renata Santos Marques, da *United Nations Industrial Development Organization* (UNIDO) explicou que o projeto da área focal do GEF para produtos químicos e resíduos foi programado em quatro componentes principais. O primeiro componente é a capacitação para controle e minimização do gerenciamento do Mercúrio, fortalecendo ferramentas, normas, regulamentações e controle das emissões de Mercúrio. Ela mencionou a necessidade de regulamentações mais robustas, como as da Cetesb em São Paulo, que atualmente só conseguem medir as emissões uma vez por ano. O segundo componente busca apoiar o setor industrial de cimento na identificação das melhores tecnologias disponíveis, tanto no Brasil quanto no exterior, e adaptar essas práticas à realidade brasileira. O terceiro componente envolve o trabalho conjunto com a indústria de cimento para fortalecer um roadmap que visa a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, promovendo a circularidade econômica e a descarbonização. O quarto componente é a gestão do conhecimento, que inclui treinamento, capacitação e a criação de uma plataforma de troca de informações, tornando o processo transparente e acessível a todos os agentes envolvidos, incluindo sociedade civil, governo e setor privado.

Renata destacou a importância da transversalidade de gênero nos projetos do GEF, com uma especialista focada em entender a participação e os impactos do Mercúrio na saúde das mulheres, especialmente em cargos de liderança e na cadeia produtiva de cimento. Ela mencionou que o projeto, com um valor de 12 milhões de dólares, será executado entre o segundo semestre de 2025 e 2030. Atualmente, estão trabalhando com três consultores e aguardando a definição da agência executora. O plano de preparação precisa ser submetido para avaliação do GEF até 1º de junho,

com a expectativa de iniciar o projeto em setembro de 2025. Renata enfatizou a importância de ouvir todos os setores e garantir que o projeto beneficie comunidades locais e empresas estaduais que controlam as emissões de Mercúrio. Ela concluiu agradecendo a todos e destacando a abertura para contribuições de outras organizações, instituições e sociedade civil.

## **7. Nova Instrução Normativa - Ibama**

Cândida Maria, analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apresentou a nova Instrução Normativa do Ibama, destacando sua estrutura e principais capítulos. Ela explicou que a nova norma é mais abrangente que a anterior, de 2015, que possuía apenas 10 artigos. A nova norma inclui capítulos sobre definições, obrigações e proibições, habilitação, documento de operações com Mercúrio (DOM), procedimentos, sistema informatizado, controle e fiscalização, e processo administrativo. Cândida enfatizou que quem compra Mercúrio deve exigir o DOM do vendedor, que é responsável por solicitar a autorização ao Ibama. O comprador deve portar o DOM durante toda a cadeia de uso do Mercúrio e fornecer suas informações ambientais e básicas ao vendedor, que as repassa ao Ibama. Ela destacou duas proibições importantes: a realização de atividades que exigem inscrição como pessoa jurídica por pessoas físicas e a venda de Mercúrio para pessoas físicas que realizam garimpagem, exceto se licenciadas.

Cândida explicou que todos os operadores de Mercúrio devem ser habilitados pelo Ibama, atualizando suas informações regularmente. O DOM é um documento autorizativo personalizado por operação, detalhando as partes envolvidas na transação. O capítulo de procedimentos é o mais extenso, cobrindo importação, exportação, transferência, comércio, venda, compra, destinação de resíduos, recuperação e perda de Mercúrio. Ela mencionou que o Ibama já realiza fiscalizações, agora formalizadas na norma, podendo verificar o cumprimento das regras a qualquer momento. Os anexos da norma incluem modelos de documentos e informações sobre produtos que utilizam Mercúrio, com datas limite para descontinuação. Cândida concluiu a apresentação disponibilizando um link para a norma completa e se colocando à disposição para esclarecer dúvidas.

Ela detalhou que a nova norma busca fortalecer as ferramentas de regulamentação e controle das emissões de Mercúrio, incluindo a necessidade de uma regulamentação guarda-chuva e instrumentos específicos para órgãos como a Cetesb em São Paulo. A norma também apoia o setor industrial de cimento na identificação das melhores tecnologias disponíveis e práticas ambientais, adaptando-as à realidade brasileira. Além disso, a gestão do conhecimento é um componente crucial, envolvendo treinamento, capacitação e a criação de uma plataforma de troca de informações para tornar o processo transparente e acessível a todos os agentes envolvidos.

Cândida destacou a importância da transversalidade de gênero nos projetos do GEF, com uma especialista focada em entender a participação e os impactos do Mercúrio na saúde das mulheres, especialmente em cargos de liderança e na cadeia produtiva de cimento. Ela mencionou que o projeto, com um valor de 12 milhões de dólares, será executado entre o segundo semestre de 2025 e 2030. Atualmente, estão trabalhando com três consultores e aguardando a definição da agência executora. O plano de preparação precisa ser submetido para avaliação do GEF até 1º de junho, com a expectativa de iniciar o projeto em setembro de 2025. Renata enfatizou a importância de ouvir todos os setores e garantir que o projeto beneficie comunidades locais e empresas estaduais que controlam as emissões de Mercúrio. Ela concluiu agradecendo a todos e destacando a abertura para contribuições de outras organizações, instituições e sociedade civil.

Mariana Ferreira, do Ministério de Minas e Energia, complementou a apresentação de Cândida, parabenizando-a pelo normativo robusto e bem consolidado. Mariana destacou que, apesar do

excelente trabalho, ainda existem possíveis brechas na regulamentação do Mercúrio, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental, que pode ser feito em diversas camadas da federação, e à autorização do Ibama. Ela mencionou que muitos licenciadores ambientais em âmbito estadual e municipal alegam não ter competência sobre a regulamentação do Mercúrio, o que resulta em uma falta de junção entre as regulamentações. Mariana sugeriu que uma resolução do Conama poderia deixar claro a todos os agentes licenciadores a necessidade de incluir a previsão de operação de utilização do Mercúrio nas licenças ambientais.

Ela explicou que, sem essa previsão, não é possível determinar a quantidade de Mercúrio a ser usada, a taxa de recuperação e o balanço de massa. Mariana enfatizou que a instrução normativa reforça a necessidade de resolver essa questão, provavelmente por meio de uma resolução do Conama, para evitar brechas e garantir que o licenciamento ambiental inclua a previsão de operação utilizando Mercúrio. Ela mencionou que atualmente quase não há licenças de garimpo no Ibama, o que torna ainda mais importante a junção das regulamentações. Mariana concluiu afirmando que a normativa atual reforça a necessidade de uma matriz que una o normativo com o licenciamento ambiental, e que o Ministério de Minas e Energia está avaliando a normativa em reuniões para determinar os próximos passos. Ela parabenizou novamente Cândida pelo excelente trabalho e agradeceu a todos.

#### **8. RDC 879/2024 sobre Amálgamas Dentárias**

Esta apresentação foi adiada para a próxima reunião do GT Minamata, devido a fatores externos que impossibilitaram que a apresentação fosse realizada. A diretora Thaianne garantiu que entraria em contato com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para verificar o ocorrido.

#### **9. Inventário de Emissões e Liberações de Mercúrio**

Renato Ferreira, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, apresentou uma atualização sobre o inventário de emissões e liberações de Mercúrio. Ele informou que a equipe está coletando informações necessárias junto às associações e grupos relevantes, mas ainda enfrenta dificuldades para obter dados específicos sobre carvão, gás natural, biomassa, clínicas de cimento, cal, asfalto, incineração e queima de resíduos. Renato destacou que, embora tenham conseguido muitas informações, ainda há lacunas a serem preenchidas. Ele mencionou que estão em contato com associações e participantes do grupo de trabalho (GT) para buscar essas informações. Thaianne Resende perguntou se havia alguma instituição que poderia auxiliar diretamente na obtenção dessas informações, ao que Renato respondeu que, por enquanto, estão entrando em contato com associações e participantes do GT. Thaianne abriu para comentários adicionais sobre o inventário de emissões de Mercúrio, mas não houve questionamentos. Renato concluiu afirmando que a equipe continua trabalhando na produção do inventário e está empenhada em coletar todas as informações necessárias.

#### **10. Atualizações Gerais**

Mariana Ferreira, do Ministério de Minas e Energia (MME) forneceu uma atualização sobre o projeto "Ouro sem Mercúrio". Ela explicou que o projeto sofreu alguns atrasos devido à entrega tardia de capítulos pelos consultores. O panorama do projeto é extenso, com cada capítulo abordando uma questão específica, o que resultou em atrasos na entrega de alguns capítulos. Mariana mencionou que alguns capítulos já foram recebidos pelo MME e estão em processo de revisão para serem devolvidos aos consultores para correções e adequações. A expectativa é que a minuta do plano e o panorama estejam prontos entre março e maio, apesar dos atrasos, que também incluíram atrasos laboratoriais nas análises das coletas de campo.



235 Mariana informou que o MME tem reuniões agendadas com os executores do projeto para  
236 entender melhor os motivos dos atrasos relatados. Ela espera ter informações mais concretas sobre  
237 o cronograma na próxima reunião. Mariana destacou que alguns capítulos já foram recebidos e  
238 estão sob revisão no ministério, e que serão retornados aos consultores para finalizar a minuta do  
239 plano. O objetivo é desenvolver um seminário de apresentação tanto do panorama quanto do plano  
240 de ação.

241 Thaianne Resende perguntou sobre o mecanismo de coordenação do projeto. Mariana explicou  
242 que o mecanismo de coordenação ainda está em tratativas internas para avaliar a melhor forma de  
243 condução, e que houve algumas modificações nas ideias iniciais. Ela acredita que terão respostas  
244 concretas até a próxima semana. Mariana mencionou que houve mudanças no Ministério das  
245 Relações Exteriores, o que afetou os contatos relacionados ao projeto, mas que estão se adequando  
246 à nova equipe. Ela espera ter boas novidades sobre o mecanismo de coordenação na próxima  
247 reunião, incluindo a formulação e avaliação do plano de ação, que será avaliado e aprovado por  
248 todos os envolvidos.

249 Mariana concluiu afirmando que o plano de ação será submetido à avaliação de todos os entes  
250 envolvidos e que espera ter um cronograma mais definido na próxima reunião. Ela agradeceu a  
251 todos e se colocou à disposição para esclarecer dúvidas.

252 Leonardo Rocha, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO),  
253 forneceu uma atualização sobre a situação das lâmpadas contendo Mercúrio. Ele começou  
254 relembrando o ponto em que o debate havia parado, mencionando que, na época, Marcelo  
255 Gadelha, junto com a área de anuência de importação do INMETRO, realizou um levantamento  
256 para correlacionar as Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCMs) controladas pelo INMETRO  
257 com aquelas impactadas pela Convenção de Minamata. Leonardo explicou que identificaram uma  
258 interseção entre as posições tarifárias controladas pelo INMETRO e aquelas não alcançadas pelos  
259 regulamentos de eficiência energética e segurança elétrica, mas que ainda eram afetadas pela  
260 proibição da Convenção de Minamata.

261 Leonardo mencionou que, durante uma reunião com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
262 dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Departamento de Operações de Comércio  
263 Exterior (DECEX), discutiram a necessidade de um ato normativo específico para proibir  
264 claramente a importação dessas lâmpadas e reafirmar os prazos, que sofreram alterações. O  
265 objetivo era garantir que o INMETRO e o DECEX não autorizassem mais importações de  
266 lâmpadas contendo Mercúrio. Ele destacou a complexidade das NCMs, que são códigos amplos  
267 usados para identificar produtos na importação e exportação, e que nem todas as lâmpadas com  
268 Mercúrio são facilmente identificáveis por esses códigos.

269 Leonardo sugeriu a criação de destaques nas NCMs para especificar textualmente que produtos  
270 contendo Mercúrio devem ser enquadrados em códigos específicos, permitindo a parametrização  
271 do sistema de controle. Ele alertou que, se o importador omitir a informação de que o produto  
272 contém Mercúrio, o controle administrativo do INMETRO não detectará a fraude, que só seria  
273 identificada na fiscalização portuária pela Receita Federal. Leonardo enfatizou a necessidade de  
274 uma inspeção física na carga para avaliar corretamente se o produto contém Mercúrio e se está  
275 enquadrado na NCM correta.

276 Leonardo concluiu afirmando que não sabia exatamente em que ponto a questão estava, mas  
277 sugeriu resgatar o assunto e, se necessário, realizar outra reunião com o DECEX para discutir os  
278 próximos passos. Ele destacou a importância de resolver essa questão para garantir o

279 cumprimento das regulamentações da Convenção de Minamata e evitar fraudes no processo de  
280 importação.

281 Cândida Maria De Oliveira, do IBAMA complementou com informações sobre a reunião com o  
282 DECEX. Camila Boechat explicou que, após a reunião, foi enviado um ofício ao DECEX  
283 solicitando o cancelamento das NTN (Notas Técnicas de Negociação) das lâmpadas que já  
284 estavam com prazo vencido. O DECEX respondeu que o Ministério do Meio Ambiente não era  
285 anuente de nenhum produto e que o IBAMA deveria fazer essa consulta.

286 Cândida confirmou que o IBAMA estava com o processo em andamento e realizando uma análise  
287 técnica, cotejando a norma da Convenção de Minamata com as NCMs disponíveis. Ela observou  
288 que, com os ajustes feitos nos anexos da convenção, algumas lâmpadas foram incluídas que  
289 anteriormente não estavam contempladas e que não tinham NCM específica. Cândida explicou  
290 que o IBAMA estava analisando essas questões do ponto de vista técnico e que apresentaria os  
291 resultados para resolver a situação em conjunto.

292 Ela mencionou que algumas NCMs presentes no texto original da convenção estavam corretas e  
293 poderiam ser eliminadas, mas que as novas inclusões apresentavam lacunas que precisavam ser  
294 resolvidas. Cândida destacou que o IBAMA estava trabalhando na análise técnica e que, uma vez  
295 concluída, apresentaria as soluções para discussão e resolução conjunta. Ela concluiu afirmando  
296 que o processo estava em andamento e que continuariam analisando as questões para garantir o  
297 cumprimento das regulamentações da Convenção de Minamata.

298 Leonardo Rocha, do INMETRO, complementou a discussão sobre as lâmpadas contendo  
299 Mercúrio com uma pergunta e um alerta. Ele destacou a importância de uma avaliação completa  
300 e cuidadosa da descrição das NCMs. Leonardo exemplificou que, na Convenção de Minamata,  
301 há distinções sobre a quantidade de Mercúrio permitida, mencionando miligramas específicos.  
302 Ele alertou que, se a NCM não fizer essa distinção, o importador pode ficar amarrado a uma NCM  
303 que não reflete corretamente o conteúdo de Mercúrio, afetando produtos que talvez não estejam  
304 cobertos pelo decreto. Leonardo enfatizou que a avaliação deve equilibrar o texto da NCM  
305 previsto no sistema com a caracterização do produto na convenção, para evitar controlar produtos  
306 que não deveriam ser controlados ou deixar de controlar aqueles que deveriam.

307 Washington Leonardo Guanaes Bonini reforçou a importância dos pontos levantados por  
308 Leonardo Rocha, destacando que a NCM é uma descrição de produtos que, especialmente no  
309 setor de químicos, pode consolidar uma família inteira de produtos sob um único número. Ele  
310 alertou que estratégias baseadas em controle aduaneiro devem considerar ajustes na NCM para  
311 individualizar itens que precisam de controle especial. Washington mencionou que é difícil que a  
312 NCM faça diferenciações baseadas na composição do produto e que restrições podem acabar  
313 afetando um conjunto de produtos diferentes, independentemente da composição. Ele enfatizou a  
314 necessidade de cuidado ao usar esse mecanismo para evitar reter produtos que não deveriam ser  
315 retidos.

## 316 **11: Encaminhamentos e Encerramento**

317 Thaianne iniciou os encaminhamentos finais destacando a abrangência do tema Mercúrio e a  
318 necessidade de articulação constante entre os diversos atores envolvidos. Ela propôs que, na  
319 próxima reunião, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
320 (IBAMA), representado por Cândida Maria De Oliveira apresentasse dados do projeto de  
321 monitoramento ambiental de Mercúrio na Terra Indígena Yanomami. Thaianne mencionou que  
322 as campanhas já estão sendo realizadas e que seria importante trazer alguns resultados, se  
323 possível.

324 Cândida sugeriu conversar com Mariana, gerente de projetos, para verificar a viabilidade de  
325 apresentar resultados até maio. Thaianne concordou em articular com Mariana, destacando a  
326 importância de preparar-se para a Conferência das Partes (COP) da Convenção de Minamata. Ela  
327 mencionou que o projeto piloto de monitoramento ambiental pode fornecer lições aprendidas e  
328 dificuldades enfrentadas, ajudando a estruturar propostas para obter mais recursos e expandir o  
329 monitoramento para outras terras indígenas.

330 Thaianne propôs que a próxima reunião fosse realizada no dia 27 de maio, explicando que o  
331 espaçamento maior se deve à realização da COP BR S e à necessidade de executar projetos para  
332 apresentar na próxima reunião. Ela destacou que todos os órgãos estão trabalhando na execução  
333 e implementação da Convenção de Minamata e que é importante prestar contas e atualizar os  
334 participantes sobre o andamento dos projetos. Thaianne abriu para comentários adicionais,  
335 perguntando se havia algo mais que os participantes gostariam de incluir na pauta do grupo de  
336 trabalho de Minamata. Não havendo novas sugestões, Thaianne agradeceu a participação de  
337 todos, destacando a importância da agenda para o país e desejando um ótimo ano a todos.